

O BRASIL NÃO VAI AGUENTAR INSISTIR NO ERRO

Os salões de Brasília, repletos de uma aristocracia encastelada que há muito tempo esqueceu o valor real do quilo do feijão - representados perfeitamente na figura de um presidente que distribui sorrisos, abraços e afagos institucionais a alguns todo poderosos do planalto -, se contrapõem à rotina diária nas feiras e supermercados do país, vivem um doloroso e humilhante ritual de sobrevivência. É o retrato acabado da decadência, não tão diferente da de Roma, onde os senadores se lambuzavam de uvas e discutiam seus próprios privilégios enquanto a plebe faminta disputava migalhas.

O tecido social brasileiro não está apenas desgastado, mas esticado até o ponto de ruptura pela combinação letal de inflação de alimentos, arrogância judicial e corrupção sistêmica.

Essa engrenagem de poder só pode ser desmantelada no único terreno em que os encastelados da capital ainda sentem medo: o voto popular nas urnas da eleição que se avizinha. O eleitor, tratado como mero espectador de quatro em quatro anos, ainda é a principal força capaz de romper o ciclo de cinismo que transformou a política nacional num jogo de cartas marcadas.

A distância entre a pompa do poder e a vida dura do trabalhador se mede na escala dos privilégios escancarados da classe política.

A recente investigação da Polícia Federal sobre as fraudes do Banco Master expôs as entranhas do governismo ao detalhar a intimidade do senador Jaques Wagner, ex-líder do governo no Senado, com operadores do esquema financeiro, uma rotina recheada por dezenas de chamadas telefônicas discretas, uso de imóveis de luxo, vinhos de altíssimo valor e ingressos de camarote financiados por intermediários cobiçosos. O Partido dos Trabalhadores, que construiu sua mística sobre o discurso da ética e da defesa dos pobres, hoje repousa confortavelmente sobre os estofados de couro de banqueiros investigados e empreiteiros camaradas.

Quando a elite governante se refugia sob o manto de decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal e de bilionárias emendas parlamentares, a República deixa de ser um pacto de cidadãos para se converter em um condomínio fechado de impunidade. O trabalhador comum assiste a tudo isso, percebendo que a conta das lagostas e dos vinhos de safras exclusivas acaba sendo descontada no seu minúsculo orçamento do mês.

A história e a trajetória do Brasil ensinam que regimes isolados em suas certezas costumam ruir não por debates, mas pela brutalidade das privações cotidianas. Foi pela escassez de pão que as multidões se viram às portas do Palácio de Versalhes em 1789, assim como o esfacelamento do poder de compra acelerou a queda do regime imperial brasileiro quando a população urbana não conseguia mais suportar o custo da subsistência. Hoje, enquanto o preço das carnes, da energia elétrica e dos alimentos básicos devora mais de metade da renda familiar, o governo prefere gastar bilhões de reais do orçamento público para comprar uma governabilidade artificial e manter seu aparato intacto. É, mais claramente, a asfixia deliberada de quem trabalha e produz para financiar o banquete permanente daqueles que mandam.

A conta desse luxo desenfreado sempre é cobrada no mesmo endereço. A eleição que se aproxima é o único instrumento legítimo capaz de despejar os inquilinos do poder. A decisão final pertence ao povo.

- **Privilegio e escassez:** A opulência das elites de Brasília contrasta com famílias pressionadas pelo custo crescente de alimentos, energia e despesas básicas.
- **Poder e impunidade:** Relações entre políticos, operadores financeiros, banqueiros e estruturas institucionais alimentam a percepção de um sistema protegido dos efeitos da própria crise.
- **Resposta nas urnas:** O voto popular aparece como instrumento legítimo para romper a permanência das mesmas estruturas de poder e impor uma mudança política.

